



# Informativo FJP

## Indicadores Sociais

### IMRS – Meio Ambiente e Saneamento

Nº 07/2019

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) é composto por subíndices distribuídos em seis dimensões: saúde, educação, vulnerabilidade social, segurança pública, meio ambiente/saneamento e cultura/esporte<sup>1</sup>. Este informativo tem o objetivo de abordar o IMRS-Meio Ambiente/Saneamento.

A forma como o município se relaciona com o meio ambiente e com seus recursos naturais é muito importante para as condições de vida presentes e, sobretudo, para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a conexão entre o saneamento básico e o meio ambiente é grande e se dá por meio das intervenções associadas ao meio físico e à saúde. Para a composição do índice do IMRS, essas duas dimensões são tratadas conjuntamente, embora na plataforma do IMRS cada uma torne disponíveis, separadamente, um conjunto específico de indicadores<sup>2</sup>.

O IMRS-Meio Ambiente/Saneamento é composto por seis indicadores: quatro diretamente relacionados às condições de saneamento básico e ambientais nas áreas urbanas (acesso à água potável, à rede de esgoto e à coleta de lixo e disposição adequada do lixo coletado) e dois relacionados à gestão municipal (a existência de plano e política de saneamento e resíduos sólidos e o percentual de gastos orçamentários nas duas dimensões em relação aos gastos totais)<sup>3</sup>.

É importante atentar previamente para as deficiências das informações municipais nessas dimensões. A fonte principal para os indicadores selecionados é o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), gerido pelo Ministério das Cidades e alimentado pelas informações das prestadoras desses serviços (públicas ou privadas). Apesar de funcionar desde 1995, é um sistema que ainda apresenta grandes deficiências nas informações que dele podem ser extraídas tanto em termos de sua comparabilidade como até mesmo pela sua ausência. Assim, não há informação disponível para cerca de 30% dos municípios de Minas Gerais. No cálculo do IMRS-Meio Ambiente/Saneamento, esses municípios foram penalizados com zero nos indicadores indisponíveis, o que explica o desvio para baixo desse índice nas diversas Regiões Geográficas Intermediárias – RGINT, mostrado na figura 1. Como esse índice trata da responsabilidade social, considera-se correta a atribuição de zero à ausência da informação, uma vez que prestá-la é também uma demonstração de responsabilidade. Já na discussão que virá em seguida e que aborda separadamente os indicadores que compõem o índice, a ausência da informação, devido ao seu volume e ao poder de afetar os resultados da análise, será tratada de forma diferenciada, retirando-se da distribuição aqueles municípios com informação omissa.

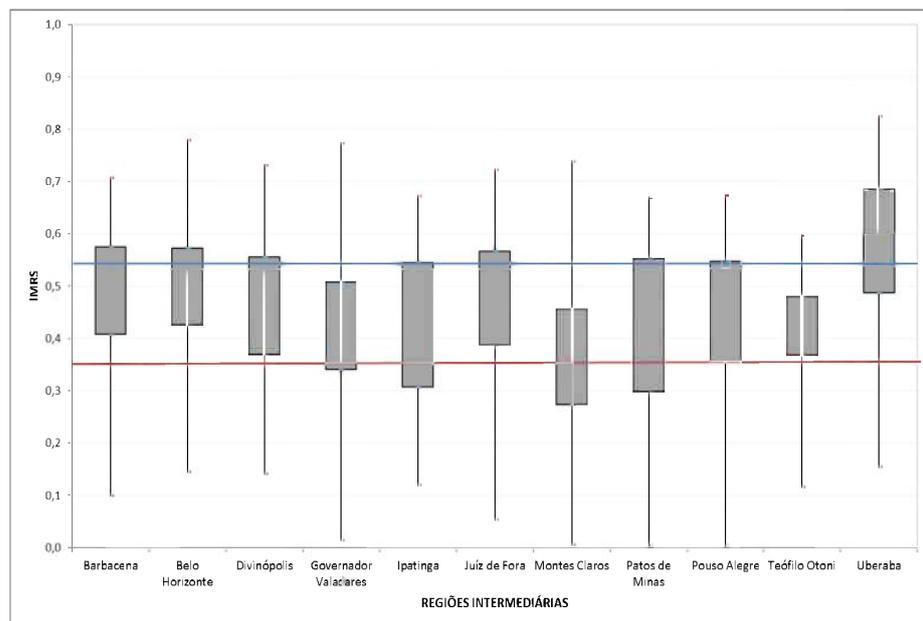
A figura 1 apresenta a distribuição dos municípios segundo o IMRS-Meio Ambiente/Saneamento em suas respectivas Regiões Intermediárias (RGINT). Para efeito de comparação de posição nesse subíndice, na figura 1, a linha azul representa o valor de corte para os 25% dos municípios do estado que apresentam os melhores resultados (0,546); a linha vermelha, o valor de corte para os 25% dos municípios do estado que apresentam os piores índices na dimensão (0,358).

<sup>1</sup> Para maior detalhamento, consultar <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>

<sup>2</sup> Ver <http://imrs.fjp.mg.gov.br/consulta>

<sup>3</sup> Consultar os textos específicos de saneamento e de meio ambiente em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>

**Figura 1: Distribuição dos municípios segundo a dimensão Meio Ambiente/Saneamento do Índice Mineiro de Responsabilidade Social por RGINT de Minas Gerais – 2016**

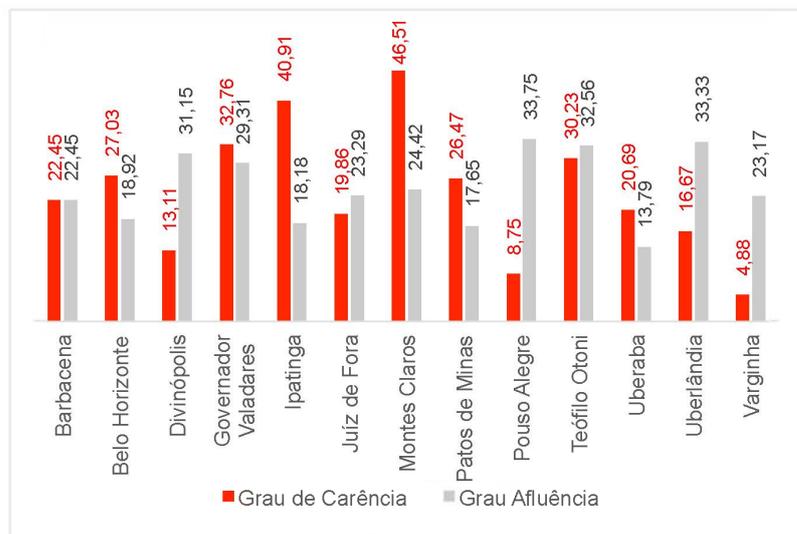


Fonte: IMRS-FJP/elaboração própria

As RGINT de Montes Claros, Ipatinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni destacam-se pela maior proporção de municípios carentes. Uberlândia e Divinópolis são as regiões com a maior proporção de municípios afluentes, ou seja, nos quais a totalidade da população urbana tem acesso ao abastecimento de água.

Para avaliar esses resultados destacados na figura 1, devem ser considerados os indicadores que compõem o IMRS- Meio Ambiente/Saneamento. Dos nove indicadores que compõem o índice, descreitos anteriormente, foram selecionamos três para detalhamento neste informativo, todos relacionados ao saneamento básico nas áreas urbanas – o acesso à água em rede, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo - condições essenciais para a construção de um meio ambiente saudável. Para a formação do índice em 2016, visando a contornar as flutuações anuais próprias das estatísticas de registro, é calculada uma média de cada indicador selecionado em 2015, 2016 e 2017. Para a análise dos resultados apresentada a seguir, tomou-se o ano de 2017.

**G1: Proporção de municípios carentes e afluentes em relação ao acesso à água por rede da população urbana 2017\***



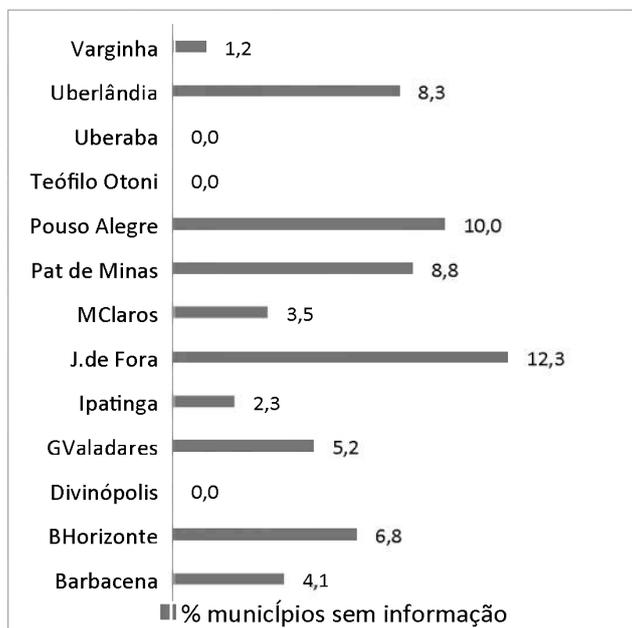
Fonte: SNIS/elaboração própria IMRS/FJP

\* Abrange os municípios que apresentam informação no SNIS. O percentual sem informação é destacado em G1.1

Destaca-se o patamar mais baixo desse componente do IMRS em relação às demais dimensões do índice (ver informe 2). Como já foi ressaltado, nas várias regiões, há municípios com o índice igual ou muito próximo de zero, o que se deve, em grande parte, à ausência de informação no SNIS, situação assumida como zero no cálculo do índice. A RGINT de Uberaba apresenta a maioria de seus municípios entre os 25% em melhor situação no estado (índice acima de 0,546).

Montes Claros, Ipatinga e Patos de Minas são as RGINT que apresentam uma proporção maior de municípios entre os 25% de municípios do estado em pior situação (abaixo de 0,358).

**G1.1: Proporção de municípios sem informação para abastecimento de água**



Fonte: SNIS/elaboração própria IMRS/FJP

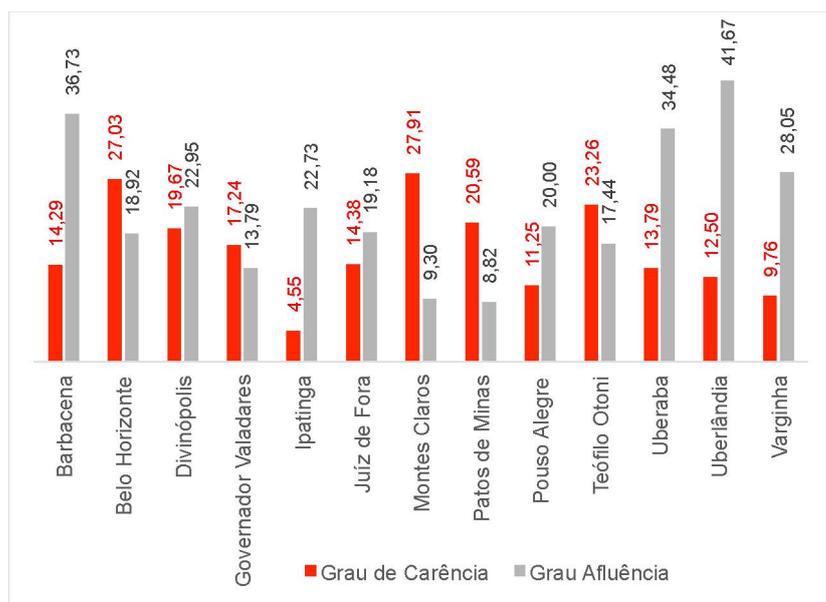
O percentual sem informação é destacado em G1.1

O gráfico 1 mostra o acesso à água potável, representado pelo **percentual da população urbana atendida com serviço de abastecimento de água (rede)**. O indicador abarca somente a população urbana e mede o percentual dessa população beneficiada com abastecimento de água pelo prestador de serviços em relação à população urbana total. Para a construção do gráfico 1, não foram considerados os municípios para os quais a informação não estava disponível, cujo percentual em relação ao total de municípios da RGINT é mostrado no gráfico 1.1.

No gráfico 1, são destacados, para cada RGINT, o percentual dos municípios na categoria de carentes (entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais baixos de população urbana atendida com abastecimento de água – abaixo de 88,2%) e o percentual de municípios considerados afluentes (entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais altos de atendimento da população urbana, no caso, a sua totalidade, 100%).

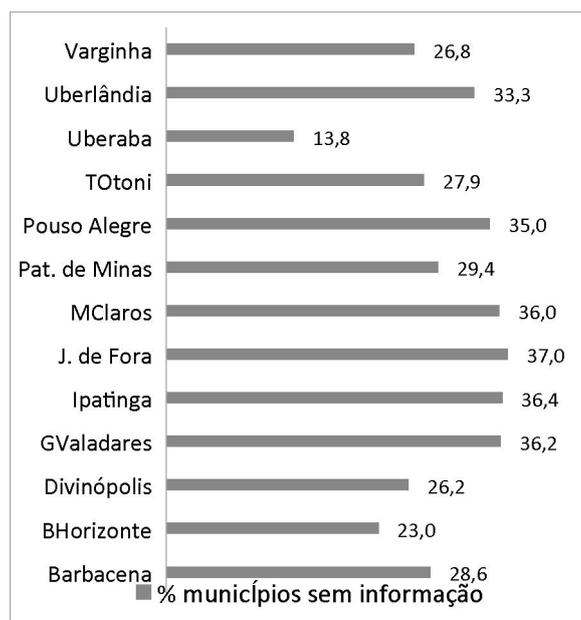
O indicador de acesso ao sistema de esgotamento sanitário é o **percentual da população urbana atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede)** e corresponde à razão entre a parcela da população urbana que é efetivamente atendida com os serviços do prestador e a população urbana total, multiplicado por 100.

G2: Proporção de municípios carentes e afluentes em relação acesso à rede de esgoto pela população urbana 2017\*



Fonte: SNIS/elaboração própria IMRS/FJP

G2.1: Proporção de municípios sem informação para acesso à rede de esgoto



Fonte: SNIS/elaboração própria IMRS/FJP

O gráfico 2 mostra o percentual de municípios de cada RGINT carentes (estão entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais baixos de população urbana atendida por rede de esgoto – abaixo de 72,3%) e o percentual de municípios afluentes (estão entre os 25% dos municípios do estado com os percentuais mais altos de população urbana atendida por rede de esgoto – acima de 99,4%). Nesse gráfico, estão computados apenas os municípios que apresentaram informação. O gráfico 2.1 apresenta o percentual de município, por RGINT, para os quais a informação não estava disponível. Destaca-se que o percentual de falta de informação é ainda mais significativo do que para a oferta de água em rede: em seis das 13 regiões, ultrapassa 30%.

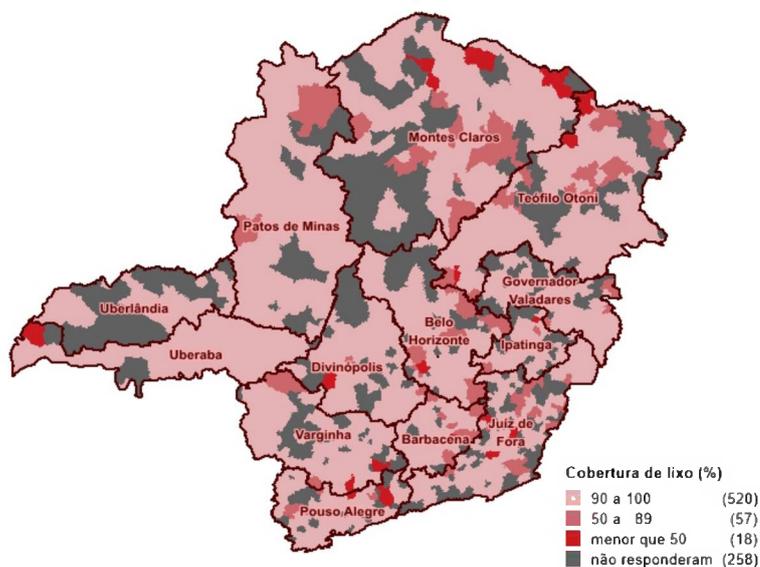
As RGINT de Uberlândia, Uberaba e Barbacena são as que apresentam a maior proporção de municípios em melhor situação no estado, com 99,4% ou mais da população urbana detentora de acesso ao serviço de esgotamento sanitário por rede. Ipatinga é uma região com uma proporção muito pequena de municípios nessa categoria. No entanto, conforme o gráfico 2.1, é também a região com o maior percentual de municípios que não apresentaram informação para esse indicador no SNIS. As RGINT de Montes Claros, Teófilo Otoni e Belo Horizonte têm o maior percentual de municípios na categoria de carentes (aqueles entre os 25% piores do estado, com menos de 72,3% da população urbana atendida por rede geral de esgotamento sanitário).

Finalmente, o indicador de acesso à coleta de lixo é o **percentual da população urbana com coleta direta de lixo**, definido como a razão entre a população urbana que vive em domicílios contemplados pela coleta dos resíduos diretamente no próprio domicílio e a população urbana total do município, multiplicada por 100.

Nesse indicador, a omissão é ainda mais significativa. 258 municípios do estado não responderam à pesquisa, o que dificulta uma análise comparativa. O gráfico 3 destaca que mais da metade dos municípios da RGINT de Uberlândia e mais de 35% das RGINT de Juiz de Fora, Montes Claros e Governador Valadares não apresentaram resposta ao SNIS. Por outro lado, entre os 595 municípios que apresentaram resposta ao SNIS, o indicador de cobertura da coleta direta de lixo para a população da área urbana é bastante elevado: mais de 80% de cobertura em 543 deles; desses, 390 têm cobertura completa (100% da população urbana). De fato, esses percentuais elevados deixam dúvidas quanto à precisão do cálculo do indicador, realizado pelo próprio prestador do serviço. Ao contrário dos serviços em rede de água e de esgoto, a coleta de lixo, ainda que de alguma forma mais intermitente, é normalmente estendida à população rural (ou parte dela, pelo menos). Pode ser que ela esteja sendo somada à população urbana atendida (numerador do indicador), enquanto a população urbana total (denominador do indicador) é fornecida pelo IBGE. O mapa 1 ilustra essas informações. Destaca-se que as RGINT de Uberaba, Pouso Alegre, Divinópolis e Varginha são as que apresentam as maiores proporções de municípios com cobertura completa.

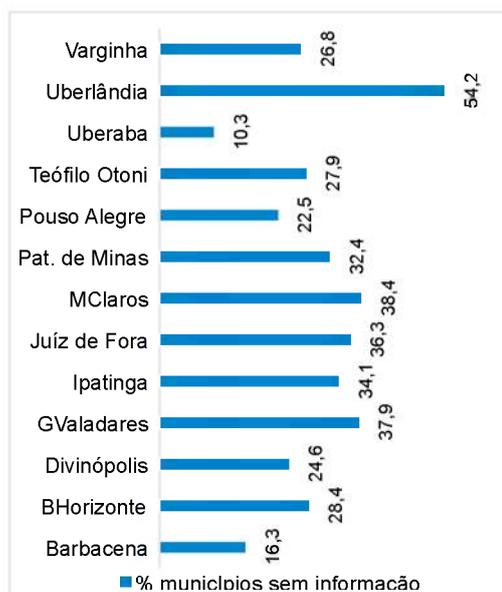
Como conclusão geral, conforme já ressaltado nessa análise, fica evidenciada a precariedade dos dados nas dimensões meio ambiente e saneamento. Expor tais informações é também um dos propósitos do IMRS, ou seja, buscar e tratar a informação que seja suporte para o monitoramento e a avaliação de políticas públicas vinculadas à responsabilidade social, chamando a atenção para as suas deficiências, potencializando a sua utilização para promover melhorias.

Mapa 1: Percentual da população urbana atendida pela coleta direta de lixo – 2017



Fonte: SNIS/elaboração própria IMRS/FJP

G3: Proporção de municípios sem informação para acesso à coleta de lixo



Fonte: SNIS/elaboração própria IMRS/FJP

### Expediente

#### FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Monica Moreira Esteves Bernardi

#### DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Eleonora Cruz Santos

#### Núcleo de Indicadores Sociais

Vera Scarpelli Castilho

#### Equipe Técnica

Maria Luíza de Aguiar Marques

Mônica Galupo Fonseca Costa

Priscilla de Souza da Costa Pereira

Plínio de Campos Souza

#### Diagramação

Livia Cristina Rosa Cruz

#### Arte Gráfica

Bárbara Andrade

### Informações para imprensa

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588

E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.

CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

#### NÚCLEO DE INDICADORES SOCIAIS

vera.scarpelli@fjp.mg.gov.br

